

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 27

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense/*Portucalense La Journal* n.º 27, a secção dedicada aos trabalhos de “Investigação Científica” é composta por cinco artigos que foram seleccionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”, brevemente apresentados nos parágrafos seguintes. Por seu turno, a secção “Varia” integra uma Resenha de Direito da União Europeia.

Na parte I “**Investigação Científica**”, ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO, no artigo intitulado *A família como prática democrática: um diálogo com o pensamento de Karl Popper*, analisa a dimensão evolutiva do sentido de família ao longo da história, à luz das premissas interpretativas dos conceitos de sociedade fechada e aberta, elaborados por Karl Popper.

No segundo artigo, sobre *Os Reembolsos em sede de IVA*, FRANCISCA FERNANDES debruça-se no facto de o Imposto sobre o Valor Acrescentado poder condicionar a atividade comercial dos sujeitos passivos, como encargo financeiro, numa abordagem sobre o regime legal do seu reembolso.

Em seguida, GOTHARDO BACKX VAN BUGGENHOUT refere o *Destacamento de trabalhadores na União Europeia* no sentido de evitar a banalização do direito do trabalhador destacado por análise das normas que lhe dão base.

Ainda, LUIZ ANTONIO DE PAULA IENNACO e EVA DIAS COSTA abordam a *Interferência do uso de dados eletrónicos em processos eleitorais* na forma de *Revisão de literatura*, atenta a influência do uso desses dados no resultado de eleições e escolhas populares, em ameaça à legitimidade democrática de tais processos.

Por último, MARCO ANTONIO RODRIGUES, ANDRÉA LÚCIA CAVARARO RODRIGUES e ANTONIO HILARIO AGUILERA URQUIZA, estudam *Fronteira, Território e Povos Tradicionais com Um olhar jurídico-antropológico acerca da região fronteira do Mato Grosso do Sul*, como parte de

um projeto de pesquisa aqui com o objetivo situar os povos indígenas fronteiriços do Estado do Mato Grosso do Sul, seus territórios e o Estado brasileiro partindo da visão de fronteira e territorialidade compreendida pelo Estado desde a sua formação a partir do direito natural, base para a construção das fronteiras sul-americanas.

Na parte II “**Varia**” publica-se uma resenha de normas e documentação da atualidade do Direito da União Europeia, por consulta ao Jornal Oficial da União Europeia, selecionada por DORA RESENDE ALVES.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt